



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 621/2025

Requisitante: Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	
Processo Administrativo nº 28.890/2024	
Dispensa nº 621/2025	Tipo: Menor Preço Global
Data limite para apresentação da proposta: 27/02/2025 até as 17h.	

O Prefeito Municipal de Imigrante/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que a Administração Municipal pretende realizar **Contratação Direta - Dispensa de Licitação**, com critério de julgamento **menor preço por global**, em conformidade com o **art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021**, Decreto Municipal nº 2.130/2023 e demais legislações aplicáveis, podendo eventuais interessados apresentar propostas de preços no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

A proposta de preços deverá ser encaminhada para o e-mail licitacao@imigrante-rs.com.br ou entregue pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Castelo Branco, nº 15, Centro de Imigrante, até a data limite de apresentação da proposta. É de responsabilidade do interessado a confirmação do recebimento da sua proposta.

1. OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de peças e o conserto da carroceria do caminhão Cargo Placa IWO1679, pertencente à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, conforme especificações do **Termo de Referência/Memorial Descritivo – ANEXO I**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. **Não** poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.1.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.1.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.1.7. Aplica-se o disposto no item 2.1.5 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- 3.1. Será desclassificada a proposta que:
 - 3.1.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 3.1.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 3.1.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 3.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 3.1.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 3.2. Para fins de julgamento das propostas será considerado o critério de **menor preço global**, em caso de empate serão aplicadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 3.4. Não sendo recebidas novas propostas no prazo estipulado, será considerado vencedor o fornecedor que tiver apresentado o menor preço na fase preparatória.

4. HABILITAÇÃO

- 4.1. **Dos documentos de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, e demais declarações:**
 - 4.1.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
 - 4.1.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - 4.1.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.
 - 4.1.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
 - 4.1.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).
 - 4.1.6. Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária, de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 dias da data da apresentação do documento.
 - 4.1.7. Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).
 - 4.1.8. Declaração consolidada – modelo **ANEXO II**.
- 4.2. Os documentos de habilitação serão solicitados apenas do fornecedor considerado vencedor.
- 4.3. O prazo para envio da documentação de habilitação será de 3 (três) dias úteis.
- 4.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta, estando sujeito às sanções do Decreto Municipal nº 2.130/2023.
- 4.5. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, sua proposta será inválida, e o órgão classificará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 4.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.7. O aviso de dispensa de licitação encontra-se divulgado no sítio eletrônico do município <https://www.imigrante-rs.com.br>, na aba Licitações/2024/Aviso de Contratação Direta.
- 4.8. A Administração poderá fixar prazo para regularização da documentação de regularidade fiscal e trabalhista, nos LC 123/2006.
- 4.9. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- 5.2.1. Republicar o presente aviso com novo prazo para recebimento de propostas.
- 5.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 5.4. Caberá ao fornecedor acompanhar o procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de prazos emitidos pela Administração.
- 5.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 5.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 5.7. O prestador do serviço e/ou fornecedor assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 5.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 5.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Declaração Consolidada.

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato.

ANEXO IV – Modelo de Proposta.

ANEXO V – Declaração de Vistoria.

ANEXO VI – Declaração de não Vistoria.

Imigrante, 24 de fevereiro de 2025.

GERMANO STEVENS
Prefeito Municipal de Imigrante



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

Caracterização do(s) objeto(s) que se pretenda(m) contratar

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Natureza(s) do(s) Objeto(s)			
<input checked="" type="checkbox"/> Aquisição de Bens	<input type="checkbox"/> Obra(s) de Engenharia	<input type="checkbox"/> Locação de Bens	<input type="checkbox"/> Concessão de Bens
<input checked="" type="checkbox"/> Prestação de Serviços	<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços de Engenharia	<input type="checkbox"/> Alienação de Bens	<input type="checkbox"/> Permissão de Bens
<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra	<input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviço associados		

Tipo(s) de Objeto(s)			
<input checked="" type="checkbox"/> Bem(ns) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Bem(ns) Especiais	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is)
<input type="checkbox"/> Obra(s) Comum(ns) de Engenharia		<input type="checkbox"/> Obra(s) Especial(is) de Engenharia	
<input type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns) de Engenharia		<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is) de Engenharia	

ITENS

Contratação de empresa para o fornecimento de peças e o conserto da carroceria do caminhão pertencente à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Marca/Modelo/Versão: Ford/Cargo 816s| Placa: IWO1679 | Ano/Modelo: 2015 | Comprimento Externo: 553cm | Largura Externa: 226cm | Tampas Inferior Fechadas: 50,5cm.

Nº	Descrição dos Itens	Qtd.	Un	Preço Unit.	Preço Total
1	<p>FAIXAS REFLETIVAS (14 unidades para as travessas laterais + todo o para-choque + toda a travessa traseira)</p> 	01	JG		
2	<p>TINTA PRETA SINTÉTICA PARA PINTURA DOS 3 PROTETORES LATERAIS</p> 	1	UN		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

3	<p>COMPRAR E INSTALAR NOVAS PONTEIRAS DE PLÁSTICO PARA OS PROTETORES LATERAIS</p>	6	UN		
4	<p>PRODUZIR E INSTALAR APARA BARRO DE MADEIRA MACIÇA NOVO</p>	01	UN		
5	<p>FABRICAR E INSTALAR SAIA VOLTEADA DE MADEIRA MACIÇA</p>	01	UN		
6	<p>PRODUZIR CHAPA DE FERRO COM FUROS PARA RAMPA (6,30cm de grossura, fixada por cima do final do assoalho e da contra travessa traseira, para proteger a carroceria ao colocar a rampa para subir com máquinas pesadas)</p>	01	UN		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

7	<p>TROCAR OS COMPENSADOS DAS LATERAIS POR 2 TÁBUAS DE MADEIRA MACIÇA EM CADA LADO (OBS: cada jogo deve conter 2 tábuas)</p> 	02	JG		
8	<p>FABRICAR TAMPA TRASEIRA MÓVEL NOVA E COMPLETA (de madeira maciça, com desenho e dobradiça de engate)</p>	01	UN		
9	<p>PRODUZIR E INSTALAR TRAVESSA TRASEIRA NOVA DE MADEIRA MACIÇA</p>	01	UN		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

					
10	<p>PRODUZIR E INSTALAR NOVOS SARRAFOS LATERAIS DE MADEIRA MACIÇA (2 unidades inteiras de cada lado)</p>  	04	UN		
11	<p>PRODUZIR E INSTALAR NOVAS PEÇAS LATERAIS DA CARROCERIA 5CM X 6CM DE MADEIRA MACIÇA</p>  	02	UN		
12	<p>PRODUZIR E INSTALAR NOVAS PEÇAS LATERAIS DA CARROCERIA 3CM X 6CM DE MADEIRA MACIÇA</p>	02	UN		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

					
	AJUSTES NA CAIXA DE FERRAMENTAS (tranca e alinhamentos)				
13		01	UN		
14	CONSERTO DO ASSOALHO DE MADEIRA MACIÇA (Espessura 3,8cm)	01	M ²		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

15	<p>COMPRAR E INSTALAR CANTO DE PRESSÃO PARA FECHAR/ENGATAR A TAMPA MÓVEL</p>	01	UN		
16	<p>TINTA SINTÉTICA PARA PINTURA DO PARA-CHOQUE E ENDIREITAMENTO DO MESMO</p>	01	UN		
17	<p>TINTA SINTÉTICA PARA PINTURA DA CARROCERIA (permanecem a mesma cor e os mesmos desenhos)</p>	01	UN		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

18	<p align="center">MÃO DE OBRA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colocação das Faixas Reflexivas e ponteiras plásticas; - Pintura dos protetores laterais, para-choque e carroceria; - Confeção e instalação do apara barro, da saia volteada, da chapa de ferro, das tábuas laterais, da tampa e travessa traseira, dos sarrafos e peças laterais; - Ajustes na caixa de ferramentas; - Endireitamento do para-choque; - Consertos do assoalho; - Instalação do canto de pressão; 	1	UN		

Condições de Entrega(s)

Prazo de Entrega: 30 dias a contar da autorização de compra e/ou ordem de execução de serviço, nota de empenho de despesa, ou emissão de outro instrumento hábil equivalente.

Horário(s) de entrega(s): De segunda a sexta-feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

Local de Entrega: Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Av. Dr. Ito João Snell, 975, Centro, Imigrante/RS)

Regras para Recebimento Provisório e/ou Definitivo

Quando do recebimento provisório e/ou definitivo, o(s) fisca(is) do contrato deverão verificar se a **quantidade, qualidade e pontualidade** da entrega estão em consonância com a autorização de compra e/ou ordem de execução de serviço, nota de empenho de despesa, ou emissão de outro instrumento hábil equivalente.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

() Não se aplica (**X**) 90 dias, cfe. art. 26 da Lei 8.078/1990 (CDC) () Outro (especificar abaixo):

- a) O prazo de garantia é contado a partir do recebimento provisório, no caso de defeitos e/ou vício(s) de produto(s) e/ou serviço(s).
- b) Se, durante o prazo de garantia, os produtos e/ou serviços, apresentarem defeitos e/ou vícios, o fornecedor deverá substituí-los ou refazê-los no prazo de até **10 dias**, a partir da comunicação por escrito.
- c) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o vício.
- d) Quando a manutenção e/ou assistência técnica não puder ser realizada nas dependências do Município, **os custos de transporte (envio e retorno) serão de responsabilidade do fornecedor.**

2. PRAZO CONTRATUAL PREVISTO

() Não se aplica. () Até 2 anos, por se tratar de SRP, comprovado o preço vantajoso, cfe. art. 84 da Lei 14.133/21

(**x**) Até a conclusão de escopo predefinido, automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, cfe. art. 111 da Lei 14.133/21 (identificar período de vigência previsto ao lado) Período vigência previsto:
90 dias – 3 MESES

() Até 5 anos, cfe. art. 106 da Lei 14.133/21

() Até 10 anos, cfe. art. 107 da Lei 14.133/21

() Até 10 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21

() Até 35 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21

Obs.:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Quando o prazo for superior a 1 ano, poderá ser renovado, à critério das partes, por iguais e sucessíveis períodos no limite da lei, desde que haja previsão em edital e que sejam atestadas pelo gestor do contato que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor total Estimado: R\$

4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cfe. evidenciado em documento complementar disponível no processo. Não se aplica, pois se trata de SRP.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar - ETP

Cfe. disponível no processo Dispensado (Dec. Munic. 2.130/23, art. 45) Facultado (Dec. Munic. 2.130/23, art. 46)

Fundamento(s) de Fato e de Direito

Normas aplicáveis: Lei Federal 14133/2023 e Decreto Municipal 2.130/2023.

Art. 75, inciso II.

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

A necessidade do reparo na carroceria do caminhão se faz necessária pelo desgaste do mesmo em virtude de ser um caminhão mais antigo, com quase 10 anos de uso, já que foi fabricado em 2015. O caminhão é muito utilizado pela Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico para atender a demanda dos serviços prestados aos municípios.

Optou-se por contratar a mão de obra juntamente com o fornecimento das peças principalmente devido ao fato de que boa parte das peças devem ser fabricadas sob medida, exigindo mão de obra qualificada. Se o material fosse adquirido de forma isolada, o critério de seleção seria o de menor preço por item e, diversos fornecedores poderiam ser homologados, ambos necessitando avaliar o caminhão e realizar medições, o que levaria muito tempo.

Além disso, diversas vantagens são observadas, como a celeridade e a otimização do tempo para o conserto e, a simplificação na gestão do procedimento e dos contratos. A economia de escala, que reduz diversos custos, bem como a redução de riscos com a garantia integral pelo fornecedor, já que a responsabilidade é única, também foi considerada. Ainda seguindo esta linha de pensamentos, a Administração espera obter uma contratação de fornecedor especializado, que realizará um trabalho de qualidade e, que o mesmo resolverá o problema e não haverá retrabalhos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O(S) CICLO(S) DE VIDA DO(S) OBJETO(S)

O caminhão cargo da prefeitura, utilizado para o transporte de diversos insumos e materiais, apresenta danos significativos em sua carroceria, comprometendo sua estrutura e capacidade de carga. O conserto da carroceria é justificado pelos seguintes motivos: Segurança para motoristas e pedestres, pois a carroceria danificada pode causar graves acidentes; Economia para os cofres públicos, já que o conserto evita a aquisição de um novo caminhão e/ou carroceria; Eficiência Operacional e Continuidade dos Serviços Públicos, devido ao caminhão ser imprescindível para a execução de diversos serviços e a coleta de diversos tipos de materiais; Por fim, não se pode deixar de mencionar que a prefeitura tem o dever de manter os seus veículos em condições adequadas para garantir a segurança da população e a eficaz execução dos serviços públicos;

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM)

- * Fornecedor Declaração de Vistoria ou Não Vistoria juntamente com o orçamento (Anexos V e VI do Aviso de Dispensa de Licitação);
- * Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma a garantir a qualidade dos serviços a serem prestados;
- * O fornecedor é responsável por retirar e entregar o veículo na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, arcando com as despesas deste deslocamento;
- * Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;
- * Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos, de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência;
- * Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados, e garantir que os produtos fornecidos sejam de boa qualidade e dentro das normas do Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- * Mencionar o número da Ordem de Compra na Nota Fiscal;
- * Fornecer, durante a fase de habilitação do fornecedor, todos os documentos que forem solicitados;

8. INDICAÇÃO(ÕES) DE MARCA(S) E NECESSIDADE DE AMOSTRA E/OU TESTE DE CONFORMIDADE

Não se aplica Proc. Adm. de Pré-Qualificação: XX.XXX/XXXX Proc. Adm. de Vedação de Marca: XX.XXX/XXXX

Sim (Justificar itens e escolhas das marcas abaixo):

9. EXECUÇÃO DO OBJETO

Não se aplica Bem de pronta-entrega Fornecimento e prestação de serviço associado
 Contratação por tarefa Contratação integrada Contratação semi-integrada
 Empreitada por preço unitário Empreitada por preço global Empreitada integral
 Outro (Especificar abaixo):

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Não se aplica. Cfe. descrito abaixo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- a) O Município exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do(s) gestor(es) e/ou fiscal(is) indicados.
- b) Todas as comunicações realizadas entre os gestores e/ou fiscais de contrato(s) e o(s) preposto(s) da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços serão consideradas como regularmente feitas se enviadas por e-mail (preferencialmente), disponibilizada por meio de aplicativos de mensagem eletrônica (Whatsapp®, Telegram®, Signal®, entre outros), entregues pessoalmente, ou ainda, mediante correspondência registrada.
- c) A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.
- d) A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução deste contrato.

Obs.: As definições quanto as atividades de gestão e fiscalização de contrato, bem como de fiscalização técnica, fiscalização administrativa e fiscalização setorial estão previstas nos incisos V à IX do art. 2º do Decreto Municipal 2.130/23. Já as atribuições de gestor(es) e/ou fiscal(is) de contrato(s) estão dispostas nos arts. 20 à 26 do Decreto Municipal 2.130/23.

Designação do(s) Gestor(es) e/ou Fiscal(is) de Contrato(s)

Cfe. disponível no processo, visto que o(s) gestor(es) e/ou fiscais de contrato(s) estão identificados no termo de designação específico.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Não se aplica

Em caso de **fornecimento de bens e/ou prestação de serviços**, atestado o recebimento provisório do objeto pelo(s) fiscal(is), o pagamento se dará **em até 10 dias úteis** da entrega da nota fiscal e/ou de documentos complementares ao setor contábil

Em caso de **Obras e Serviços de Engenharia**, cfe. cronograma físico-financeiro disponível no processo

Outro (Especificar abaixo):

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Aquele que apresentar a proposta que atenda aos requisitos e informações constantes na fase preparatória e, desde que ao final, considerando o critério informado abaixo, seja considerada a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

Menor preço

Maior desconto

Técnica e Preço

Melhor Técnica

Melhor Conteúdo Artístico

Maior Retorno Econômico

Exigência(s) de Qualificação(ões) Técnica(s) do(s) Fornecedor(es) e/ou Objeto(s)

Não se aplica

Sim, cfe. detalhado abaixo

Descrever as qualificações técnico-profissionais e/ou técnico-operacionais exigidas:

Exigência(s) de Qualificação Econômico-financeira(s)

Não se aplica

Sim, cfe. detalhado abaixo

Descrever as qualificações econômico-financeiras exigidas:

De acordo com o art. 69 da NLLC 14.133/2021, "A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato", portanto, solicitamos a apresentação do documento presente em seu inciso II, "certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante".

13. FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DESPESAS E CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

FOI(RAM) ANALISADA(S) à(s) divisibilidade(s) de todo(s) o(s) objeto(s) e **CONSTATAMOS QUE NÃO HÁ**, em virtude das transações realizadas pelo Município, contratações que caracterizem **FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DESPESAS E/OU CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS** administrativos.

14. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÕES

Pública, cfe. Art. 8º da Lei 12.527/2011

Reservada, cfe. Inciso III do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011

Secreta, cfe. Inciso II do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011

Ultrasecreta, cfe. Inciso I do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011

Imigrante, 21 de janeiro de 2025.

Gilnei Dahmer

Secretário Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO II
DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 621/2025

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem **DECLARAR** que:

- a) () **cumpre** os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, na hipótese de o licitante estar enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- b) **não** emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- c) **está** ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- d) **não** possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- e) **não** possui no quadro servidor/agente público do órgão ou entidade contratante que possa configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.
- f) **não** foi condenada judicialmente, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) **não** possui qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
- h) **não** possui em seu quadro societário, pessoa física que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- i) **cumpre** as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- j) **sua proposta** econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- k) **está** ciente que a declaração falsa relativa à proposta de preços, às condições de participação e ao cumprimento de qualquer condição deste edital sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021 e nas demais cominações legais.

_____, _____ de _____ de _____
(Local de Data)

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome do responsável e CPF



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO - CONTRATO Nº XXX/2025

O MUNICÍPIO IMIGRANTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa e executiva na Rua Castelo Branco, nº 15, inscrita no CNPJ sob nº 92.454.776/0001-08, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, neste ato simplesmente denominado CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Bairro xxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, CEP XX.XXX-XXX, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com Inscrição Estadual nº xxxxxxxxxxxx e Inscrição Municipal nº xxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo CONTRATANTE através do edital de licitação n.º [...]e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de [...], e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e/ou prestação de serviços de [...], pela CONTRATADA, conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

3.1. O prazo para o fornecimento do objeto e/ou prestação de serviços é de [...] dias úteis, contados da assinatura do presente contrato.

3.2. O objeto deverá ser entregue e/ou executado de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação, nos locais definidos no Termo de Referência.

3.3. O prazo de vigência do contrato será de [...] meses, tendo como prazo inicial dia [...] e prazo final dia [...]¹.

3.4. Este contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal e/ou decenal, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CONTRATANTE, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

O preço a ser pago pelo fornecimento e/ou prestação de serviços do objeto do presente contrato é de R\$ [...], conforme a proposta da CONTRATADA vencedora da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme Termo de Referência, mediante a entrega integral do objeto e/ou prestação de serviços, a apresentação de nota fiscal e aprovação da fiscalização do CONTRATANTE.

5.2. O pagamento correrá em até [...] dias úteis contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
[...]

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO

O valor relativo ao objeto contratado será reajustado a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, de [...], mediante utilização do índice IPCA.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

9.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.4. Dentro do prazo previsto no item 9.3., o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO

Os ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação serão alocados nos termos do art. 103 da Lei 14.133/2021, a depender do objeto contratado, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11. São obrigações do CONTRATANTE:

11.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.

11.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto e/ou execução dos serviços não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

11.4. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12. São obrigações da CONTRATADA:

12.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

12.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

12.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

12.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

12.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

12.6. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas e/ou serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

12.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DA PROPOSTA

A **CONTRATADA** presta, neste ato, garantia do cumprimento de suas obrigações contratuais, na modalidade de [...] correspondente a [...]% do valor total da contratação, conforme Termo de Referência. A garantia prestada pela CONTRATADA

será liberada ou restituída após a execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal n.º 2.130/2021.

14.2. A gestão do contrato ficará a cargo [...].

14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por [...] fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s).

14.4. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto do presente contrato será recebido:

15.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 30 dias da entrega do objeto, pela CONTRATADA, mediante recibo.

15.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 30 dias, no caso de compras; e 90 dias no caso de obras, conforme Decreto Municipal nº 2.130/2021 em seu art. 27.

15.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DO OBJETO

16.1. A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de [...], a contar da data do recebimento definitivo do objeto pelo CONTRATANTE em relação a vícios, inclusive ocultos, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

16.2. A CONTRATADA se responsabilizará pela manutenção e assistência técnica do objeto, conforme o prazo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

estipulado no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PENALIDADES

17.1. As infrações decorrentes de irregularidades ocorridas durante a execução contratual terão as seguintes sanções:

I – recusar-se a prestar garantia contratual prevista no instrumento convocatório:

- a) multa de 3% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 meses.

II - dar causa a inexecução parcial do contrato:

- a) multa de 4% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,2% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias;
- c) advertência.

III - dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

- a) multa de 6% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,4% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 24 meses.

IV - não atender as especificações técnicas relativas a materiais, serviços e/ou obras prevista no instrumento convocatório ou documento equivalente, ou ainda, alterar quantitativa ou qualitativamente a composição/substância dos objetos fornecidos:

- a) multa de 8% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 24 meses.

V - recusar o recebimento de empenho ou ensejar o retardamento da execução, paralisação ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

- a) multa de 10% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 75 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 30 meses.

VI - dar causa a inexecução total do contrato:

- a) multa de 12% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 90 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 36 meses.

VII - quebrar sigilo, em contrato, de informações confidenciais sob qualquer forma:

- a) multa de 20% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 meses.

VIII - descumprir os requisitos de habilitação ou as obrigações previstas e orçadas nos preços e/ou planilhas que compõe a proposta contratada, em especial, às verbas referentes às relações de trabalho com seus empregados e/ou prepostos:

- a) multa de 25% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses.

IX - comportar-se de modo inidôneo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- a) multa de 20% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 54 meses;
 - c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.
- X - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato:
- a) multa de 25% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses;
 - c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.
- XI - praticar ato fraudulento, inclusive fraude fiscal, na execução do contrato:
- a) multa de 30% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
 - c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.
- XII - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra princípios da Administração Pública:
- a) multa de 15% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses;
 - c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.
- XIII - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra o patrimônio público:
- a) multa de 20% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
 - c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.
- XIV - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil:
- a) multa de 25% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
 - c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

18. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

18.1. A extinção do contrato poderá ser:

18.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

18.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Teutônia/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

São partes integrantes deste contrato o Estudo Técnico Preliminar e/ou Termo de Referência da Dispensa nº xxxx.

Imigrante, xx de xxxxxxxx de 2024.

Germano Stevens
Prefeito Municipal de Imigrante

XXXXXXXXXX
Representante legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 621/2025

A empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, situada na rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, vem por meio desta apresentar proposta para participação deste certame, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de peças e o conserto da carroceria do caminhão pertencente à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, conforme especificações do Termo de Referência em anexo.

ITENS					
Contratação de empresa para o fornecimento de peças e o conserto da carroceria do caminhão pertencente à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Marca/Modelo/Versão: Ford/Cargo 816s Placa: IWO1679 Ano/Modelo: 2015 Comprimento Externo: 553cm Largura Externa: 226cm Tampas Inferior Fechadas: 50,5cm.					
Nº	Descrição dos Itens	Qtd.	Un	Preço Unit.	Preço Total
1	FAIXAS REFLETIVAS (14 unidades para as travessas laterais + todo o para-choque + toda a travessa traseira) 	01	JG		
2	TINTA PRETA SINTÉTICA PARA PINTURA DOS 3 PROTETORES LATERAIS 	1	UN		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

3	<p>COMPRAR E INSTALAR NOVAS PONTEIRAS DE PLÁSTICO PARA OS PROTETORES LATERAIS</p> 	6	UN		
4	<p>PRODUZIR E INSTALAR APARA BARRO DE MADEIRA MACIÇA NOVO</p> 	01	UN		
5	<p>FABRICAR E INSTALAR SAIA VOLTEADA DE MADEIRA MACIÇA</p> 	01	UN		
6	<p>PRODUZIR CHAPA DE FERRO COM FUROS PARA RAMPA (6,30cm de grossura, fixada por cima do final do assoalho e da contra travessa traseira, para proteger a carroceria ao colocar a rampa para subir com máquinas pesadas)</p>	01	UN		

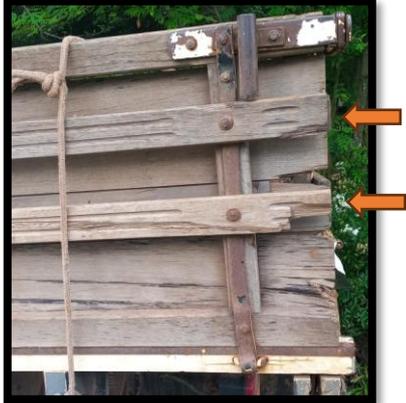


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

	  				
7	<p>TROCAR OS COMPENSADOS DAS LATERAIS POR 2 TÁBUAS DE MADEIRA MACIÇA EM CADA LADO (OBS: cada jogo deve conter 2 tábuas)</p>  	02	JG		
8	<p>FABRICAR TAMPA TRASEIRA MÓVEL NOVA E COMPLETA (de madeira maciça, com desenho e dobradiça de engate)</p> 	01	UN		
9	<p>PRODUZIR E INSTALAR TRAVESSA TRASEIRA NOVA DE MADEIRA MACIÇA</p>	01	UN		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

					
10	<p>PRODUZIR E INSTALAR NOVOS SARRAFOS LATERAIS DE MADEIRA MACIÇA (2 unidades inteiras de cada lado)</p>  	04	UN		
11	<p>PRODUZIR E INSTALAR NOVAS PEÇAS LATERAIS DA CARROCERIA 5CM X 6CM DE MADEIRA MACIÇA</p>  	02	UN		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

12	<p>PRODUZIR E INSTALAR NOVAS PEÇAS LATERAIS DA CARROCERIA 3CM X 6CM DE MADEIRA MACIÇA</p>  	02	UN		
13	<p>AJUSTES NA CAIXA DE FERRAMENTAS (tranca e alinhamentos)</p>  	01	UN		
14	CONCERTO DO ASSOALHO DE MADEIRA MACIÇA	01	M ²		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

	<p>(Espessura 3,8cm)</p>				
<p>15</p>	<p>COMPRAR E INSTALAR CANTO DE PRESSÃO PARA FECHAR/ENGATAR A TAMPA MÓVEL</p>	<p>01</p>	<p>UN</p>		
<p>16</p>	<p>TINTA SINTÉTICA PARA PINTURA DO PARA-CHOQUE E ENDIREITAMENTO DO MESMO</p>	<p>01</p>	<p>UN</p>		
<p>17</p>	<p>TINTA SINTÉTICA PARA PINTURA DA CARROCERIA (permanecem a mesma cor e os mesmos desenhos)</p>	<p>01</p>	<p>UN</p>		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

					
18	<p>MÃO DE OBRA</p> <ul style="list-style-type: none">- Colocação das Faixas Reflexivas e ponteiros plásticos;- Pintura dos protetores laterais, para-choque e carroceria;- Confecção e instalação do apara barro, da saia volteada, da chapa de ferro, das tábuas laterais, da tampa e travessa traseira, dos sarrafos e peças laterais;- Ajustes na caixa de ferramentas;- Endireitamento do para-choque;- Consertos do assoalho;- Instalação do canto de pressão;	1	UN		
Valor Total Estimado:					R\$

OBS: No valor dos itens devem estar inclusos os custos dos parafusos que precisarem ser comprados e/ou substituídos, bem como os custos para retirar e entregar o veículo na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

Prazo de entrega: 30 dias a contar do envio da Ordem de Compra.

Prazo de Garantia: 90 dias.

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias.

Declaro que a proposta de preços está de acordo com as especificações do Termo de Referência – Anexo I do Aviso de Contratação Direta supracitado.

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome do Representante Legal
CPF
Assinatura



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA E DE QUE TEM CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Endereço: Rua xxxxxxxxxxxx, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Cidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, vem por meio deste, DECLARAR, que vistoriou o veículo, de forma presencial, e que tem ciência das condições necessárias para a execução dos serviços descritos no orçamento e demais documentos da contratação.

Declara, ainda, para fins de participação no processo licitatório, que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela qualidade dos serviços a serem prestados.

Imigrante, XX de fevereiro de 2025.

GILNEI DAHMER
Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e
Desenvolvimento Econômico

Nome do Representante Legal
CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Nome da Empresa
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO REALIZOU A VISTORIA E DE QUE TEM CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Endereço: Rua xxxxxxxxxxxx, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Cidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, vem por meio deste, DECLARAR, que não realizou a vistoria do veículo, de forma presencial, mas, que tem ciência das condições necessárias para a execução dos serviços descritos no orçamento e demais documentos da contratação.

Declara, ainda, para fins de participação no processo licitatório, que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela qualidade dos serviços a serem prestados.

Imigrante, XX de fevereiro de 2025.

Nome do Representante Legal

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nome da Empresa

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX